



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

Considerações acerca de uma educação anti-racista

Danigui Renigui Martins de Souza¹

Priscila Pereira Novais²

Resumo: O presente trabalho pretende realizar algumas considerações acerca da necessidade de uma educação anti-racista, que visa antes de tudo realizar um resgate histórico e cultural das práticas realizadas pelas matrizes étnico-raciais que compõe o povo brasileiro. Trataremos mais especificamente dos povos Africanos e Afro-Brasileiros e do débito que o nosso país possui para com eles no que diz respeito a falta de reconhecimento das suas culturas. Num primeiro momento trabalhamos a concepção eurocêntrica da idéia de civilização e como essa concepção ecoou até os dias atuais provocando sérios problemas de desigualdades étnico-raciais. No segundo, e breve momento, expomos alguns movimentos que foram de grande importância para a aquisição de direitos e de proporcionar educação formal aos negros. No terceiro momento apresentamos conceitos essenciais para que possamos obter um entendimento mínimo das questões discutidas sobre as relações étnico-raciais, como identidade, racismo, etnocentrismo. No quarto momento apresentamos como a III Conferência Mundial Contra o Racismo, a Discriminação Racial a Xenofobia e as Formas Correlatas de Intolerância foi importante para estimular o Brasil a um posicionamento mais crítico em relação ao povo negro. No quinto e último momento expomos qual seria o papel da escola e da sociedade perante um país que ainda vive mergulhado em preconceitos raciais.

Palavras-chave: Educação. Escola. Racismo. Identidade.

¹ Discente do programa de pós-graduação (mestrado) em filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Graduado em Filosofia/licenciatura pela mesma instituição.

² Discente do curso de graduação em Filosofia/licenciatura da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.



O mito dos civilizados

O conceito de civilização, que se consolida no século XVIII, foi criado pelos europeus para denominar aquela cultura considerada como a melhor ou elevada, como cultura superior. E sem sobra de dúvidas podemos afirmar que os europeus se consideravam os únicos portadores dessa cultura superior, cabendo-lhes o título de civilizados. As demais culturas, que não fossem européias, eram classificadas como bárbaras. Assim a função do colonizador era transformar os bárbaros em civilizados, ou seja, transformar os povos que possuíam costumes, religiões, comportamentos e mentalidades estranhos do ponto de vista do colonizador. Em outras palavras cabia ao colonizador implantar seus comportamentos, sua linguagem, sua religiosidade etc., com a prerrogativa de estar dando algo superior ao colonizado. O que move o conceito de civilização nesse contexto é o de sentimento de superioridade.

Ao chegar ao Brasil os europeus colocaram em prática seu processo de civilização. Além dos índios que já habitavam nossas terras, e que sofreram esse processo de castração da sua cultura, durante o século XVI desembarcaram em grandes quantidades, em nosso país, populações negras para trabalhar como escravos nas lavouras de cana-de-açúcar e ambos sofreram as consequências de um pensamento centrado na idéia da existência de uma cultura superior a outra. Os resquícios da “cultura elevada” ainda ecoam até hoje em nosso país produzindo uma forte desigualdade social e um pensamento racista que se esconde por trás de uma falsa moralidade na qual em seus fundamentos estão assentados valores que qualificam como melhores os indivíduos brancos, que não possuem características físicas negras ou indígenas.

O racismo nasce, justamente, de uma corrente de pensamento que se arroga como suprema. É um comportamento em relação às pessoas que possuem características específicas como, por exemplo, a cor da pele, cor e tipo do cabelo, etc. Ele representa um conjunto de idéias e imagens que fazem referência a grupos que acreditam na existência de raças superiores e inferiores. Não tão distante de nós tivemos exemplos alarmantes como foi o caso do nazismo na Alemanha pautado na existência da supremacia ariana em relação aos ciganos e aos judeus, por exemplo. Além disso, o pressuposto de uma cultura superior acaba por marginalizar as demais culturas que não se encaixam no padrão tido como civilizado. Nesse sentido o problema não se refere apenas ao reconhecimento da cultura afro-brasileira, ou da cultura negra, mas faz referência a todas as culturas que podem ser consideradas como minorias ou que não possuem representação política suficiente para fazer com suas vozes sejam ouvidas.



A diversidade social existente no Brasil é ampla e complexa, necessita de uma discussão mais aprofundada. Refletir sobre a diversidade social no Brasil não significa apenas discutir questões relacionadas aos direitos dos índios, ou negros e pardos, ou um grupo específico. Essa é uma questão social, política e cultural de todos os brasileiros. Pensar essas relações nos faz urgente principalmente pelo fato de vivermos o que muitos sociólogos e antropólogos denominam de “mito da democracia racial”. Este mito consiste numa corrente ideologia que tende a afirmar a inexistência de uma desigualdade racial entre negros e brancos no Brasil como fruto do racismo. Esta mesma corrente ainda afirma a existência de igualdade de oportunidades e de tratamento entre eles. Em outras palavras ela defende que todos possuíram as mesmas oportunidades desde o início da formação do Brasil. O que é ainda mais problemático nesse raciocínio é o fato de que está implícito um pensamento visando afirmar uma incapacidade inata aos grupos raciais que hoje se encontram em desvantagem, como é o caso dos negros e o caso dos indígenas. Nesse sentido o mito da democracia racial está assentado em pressupostos que perpetuam os estereótipos sobre os negros, nega o racismo no Brasil, e simultaneamente reforçando a discriminação e a desigualdade racial. Assim o racismo continua existindo, porém de forma camuflada sobre a ascensão social de alguns poucos negros, defendendo a premissa de que se o Brasil não fosse uma democracia racial jamais alguém que não fosse da elite branca alcançaria tal ascensão. Nas palavras de Nilma Lino Gomes, vivemos num falso “paraíso racial.”

Nós brasileiros somos oriundos de diferentes povos étnicos, essencialmente de indígenas, africanos, europeus e asiáticos. Possuímos uma cultura plural, perpassada pelo entrecruzamento das culturas citadas anteriormente. Porém como é apontado por Petronilha Beatriz Gonsalves e Silva, vivemos num país que se arrogou o título de “raça branca” e produziu um fenômeno que estudiosos identificam como “*branquitude*”. Segundo a autora esse termo é utilizado para salientar a existência e o reconhecimento de uma raça, com tipos de valores específicos, de experiências vividas e identificações afetivas que definem a sociedade brasileira. Em outras palavras, os que se identificam com termo são pessoas que seguem à risca o processo de civilidade produzido pela cultura europeia. Por isso podemos afirmar que a sociedade brasileira se projeta como branca, mas na verdade não é. Esse processo de projeta-se como branca apenas aumenta as desigualdades étnico-raciais existentes em nosso território. Essa visão segura, difundida pelos europeus, de que são seres superiores foi mais do que necessário para que houvesse a consolidação do projeto de domínio das civilizações não europeia, como foi o caso do Brasil. Com isso na medida em que os



colonizadores avançavam em sua jornada de dominação do mundo, os povos dominados, e suas culturas, se transformavam em meros constructos dos europeus.

Frente Negra Brasileira (FNB), Movimento Negro Unificado (MNU) e Teatro Experimental do Negro (TEN)

Diversos movimentos vêm trabalhando em prol da defesa e do respeito às relações étnico-raciais objetivando a construção de política que visem diminuir as desigualdades raciais no Brasil. Entre esses movimentos destacamos a extinta, porém não menos importante, Frente Negra Brasileira (FNB) – primeiro movimento de massa pós-abolicionista – e o Movimento Negro Unificado (MNU), esse existindo até os dias atuais.

A Frente Negra Brasileira foi fundada em 16 de setembro de 1931 e extinta em 1935 pelo governo do Estado Novo, de Getúlio Vargas. Apesar de sua pouca duração a FNB fundou um jornal chamado de “a voz da raça” e possuía uma representatividade importante na sociedade da época. Um dos seus fundadores, Francisco Lucrecio, ao dar um depoimento para a construção do livro “Frente Negra Brasileira” afirma:

A Frente Negra foi um movimento social que ajudou muito nas lutas pelas posições do negro aqui em São Paulo. Existiam diversas entidades negras. Todas essas entidades cuidavam da parte recreativa e social, mas a Frente veio com um programa de luta para conquistar posições para o negro em todos os setores da vida brasileira. Um dos seus departamentos, inclusive, enveredou pela questão política, porque nós chegamos à conclusão de que, para conquistar o que desejávamos, teríamos de lutar no campo político, teríamos de ter um partido que verdadeiramente nos representasse. A consciência que existia na época eu acho que era muito mais forte que a que existe agora. Quando o negro sente uma pressão, quando qualquer agrupamento humano sente uma pressão, procura um meio de defesa. A pressão era tão forte que muitos jornais publicavam: “Precisa-se de empregado, mas não queremos de cor”. Havia alguns movimentos também no interior, principalmente nos lugares em que os negros não passeavam nos jardins, mas na calçada. Muitas famílias não aceitavam, inclusive, empregadas domésticas negras; começaram a aceitar quando se criou a Frente Negra Brasileira. Chegou-se ao ponto de exigir que essas negras tivessem as carteirinhas da Frente.³

Considerada por muitos como a grande e mais importante articulação política do movimento negro brasileiro, possuía como missão integrar o povo afro descendente à sociedade⁴. Com o golpe de Estado deflagrado por Vargas implementando o Estado Novo, todos os partidos foram dissolvidos e entre eles estavam o da Frente Negra Brasileira, que a pouco tempo havia se

³ O depoimento pode ser acessado através do sítio eletrônico: <http://www.quilombhoje.com.br/frentenegra/franciscolucrecio.htm>

⁴ Existe no youtube, um pequeno documentário, composto de três partes, que discorre sobre as perspectivas da Frente Negra Brasileira em a situação dos negros no Brasil. O documentário pode ser acessado através de: <https://www.youtube.com/watch?v=j4H-dqC4Kug>



transformado em partido político buscando maximizar os alcances das suas lutas. Ainda existiram tentativas de recuperação da Frente Negra, porém com o nome de União Negra Brasileira, entretanto a situação em que o país estava mergulhado impedia o avanço do projeto, uma vez que a situação geral não era favorável a discursos plurais. Com isso o jornal “a voz da raça” deixa de circular e a União Negra Brasileira deixa de funcionar no ano em que se completava 50 anos da abolição da escravatura no Brasil.

Além da Frente Negra destaca-se também o Movimento Negro Unificado que é responsável por dar visibilidade aos movimentos sociais, a partir dos quais são redefinidas e redimensionadas as questões sociais e raciais na sociedade brasileira, dando dimensões e interpretações políticas. Como nos relata CAVALLEIRO (2006) “no percurso trilhado pelo Movimento Negro Brasileiro, a educação sempre foi tratada como instrumento de grande valia para a promoção das demandas da população negra e o combate às desigualdades sociais e raciais.” E isso se reflete em outro evento marcante, a criação do Teatro Experimental do Negro (TEN). Este teatro foi o responsável por formar os primeiros atores e atrizes negros do teatro brasileiro. Era freqüentado pelas classes mais sofridas, os favelados, as empregadas domesticas, os operários desqualificados, os freqüentadores de terreiro etc. O teatro utilizava as salas de aulas cedidas pela União Nacional dos Estudantes (UNE), para realização do ensino das atividades cênicas e para alfabetização dos negros que não sabiam ler. Infelizmente o teatro encerrou suas atividades por falta de espaço para funcionar.

Conceitos essenciais para uma discussão sobre as relações raciais

Ao discutimos sobre questões referentes as relações raciais alguns conceitos nos caros para que possamos entender como maior exatidão o que esses discursos estão nos dizendo. Antes de tudo, um conceito central que deve ser entendido quando discutimos sobre relações raciais é o de identidade. Seguindo Nilma Lino Gomes, em seu artigo “Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: Uma breve discussão”:

A identidade não é algo inato. Ela se refere a um modo de ser no mundo e com os outros. É um fator importante na criação das redes de relações e de referências culturais dos grupos sociais. Indica traços culturais que se expressam através de práticas linguísticas, festivas, rituais, comportamentos alimentares e tradições populares referências civilizatórias que marcam a condição humana (GOMES, 2005, p.41)

Nesse sentido a identidade nos aparece como uma construção realizada por sermos um ser no mundo. Ela não existe de maneira inata, não somos determinados. E também a identidade não se



prende apenas ao nível da cultura, ela envolve aspectos dos níveis sócio-políticos e históricos de cada sociedade. Ressalta ainda a autora que o termo é utilizado para nos referirmos a um grupo quando reivindicamos uma maior visibilidade social face ao apagamento que nos foi historicamente submetido. O discurso da identidade é perigoso porque traz consigo o discurso da diferença que por vezes é confundido com um discurso de inferioridade e superioridade de uns sobre os outros.

Porém o que significa falar de uma identidade negra? O que queremos dizer quando afirmamos que possuímos determinada identidade? Pensar a construção da identidade negra não pode ser feito de qualquer modo, se faz necessário entende que a identidade negra prescinde da discussão de dimensões pessoais e sociais que não podem ser separadas pelo fato de estarem interligada e se construírem na vida social. Pois é no âmbito da cultura e da história que definimos nossa identidade social, seja ela de classe, de gênero sexual, de nacionalidade e de raça. Todas essas identidades constituem o sujeito. Com isso, “reconhecer-se numa identidade supõe, portanto, responder a uma interpelação e estabelecer um sentido de pertencimento a um grupo social de referência.” (GOMES, 2005, p. 42). Nesse sentido podemos afirmar que somos sujeitos de múltiplas identidades, algumas delas transitórias e contingentes.

Desta forma o processo de identidade negra é construído gradativamente, num movimento que envolve inúmeras variáveis. É uma construção social, histórica e plural, sendo consolidada pelos processos de vivências que temos com o mundo, com a família, com o trabalho e com a escola. Porém construir uma identidade negra não é uma tarefa fácil, uma vez que a cultura negra é tão desvalorizada e caracterizada como inferior. Nilma Lino Gomes (2005, p. 43) afirma que “historicamente, ensinam aos negros, desde muito cedo, que para ser aceito é preciso negar-se a si mesmo é um desafio enfrentado pelos próprios negros e pelas negras brasileiros (as).” Nesse sentido o papel da escola torna-se mais uma vez essencial para que possamos acabar com o mito da civilização, de que os civilizados são apenas aqueles que reproduzem os comportamentos, a língua e os costumes advindos do velho ocidente.

Para entender a construção da identidade negra também nos é importante avançar na compreensão do que significa *raça* na sociedade brasileira. Esta ora assume um sentido político e ora assume sentido de categoria social. O sentido político está ligado a forma de resignificação política, ou seja, de buscar uma afirmação de sua identidade. Já o sentido de categoria social está ligado a exclusão social que normalmente ocorrem nas ruas, nos trabalhos e nas escolas. Portanto quando observarmos alguém falando sobre o termo *raça* devemos ficar atentos para perceber o



sentido em que este termo está sendo usado, uma vez que o conceito de raça possui um uso amplo. Cabe a nós atentarmos a perceber o sentido e o significado a ele atribuído.

Geralmente no Brasil, quando discutimos a respeito dos negros, vemos que diversas posturas racistas estão pautadas na aparência física para determiná-los com “bons” ou “ruins”, “competentes” e “incompetentes”. Associam sua aparência física, cor do cabelo, cor da pele, tipo do corpo, a um lugar de inferioridade. Aprendemos tudo isso em nossa sociedade, em nossa casa, nossa escola, em nosso trabalho, em nosso círculo de amigos. Porém, nos perguntamos, por que aprendemos a ver o outro assim, como algo inferior devido sua aparência e seus atributos físicos? A resposta pode nos ser facilmente dada se observamos a nossa volta. Vivemos em um país com uma estrutura racista no qual a cor da pele das pessoas determina o fato de como elas serão tratadas. Além disso, o histórico da escravidão ainda ecoa, negativamente, sobre a vida dos descendentes de africanos em nosso país. Um dos grandes responsáveis por esse eco foi o estado por não possuir um posicionamento forte após a abolição da escravatura em 1988 impedido que a discriminação continuasse. Faltou ao estado um posicionamento político e ideológico de forma mais enfática contra o racismo.

Nessa falsa realidade na qual todo mundo “engana” todo mundo se intitulando não racista, surge o paradoxo do racismo no Brasil. Nas palavras de GOMES (2005, p.46) “ele se afirma através de sua própria negação.”. A sociedade brasileira sempre negou a existência do racismo se valendo do argumento que o Brasil é um país de várias cores, entretanto pesquisas atestam que no cotidiano os negros ainda são discriminados e vivem numa profunda situação de desigualdade racial quando comparado com os demais segmentos étnico-raciais do país.

Nilma Lino Gomes nos apresenta uma campanha realizada no Brasil sobre o racismo, no mínimo curiosa. A campanha era intitulada de “Onde você guarda o seu racismo?”⁵ realizada pela “Diálogos Contra o Racismo”. Os resultados foram bem curiosos. 87% da população reconheciam a existência do racismo no Brasil. Mas 96% dizem que não são racistas. Disso logo surgiu a pergunta: “existe racismo sem racista?” Quanto mais é negado a existência do racismo no Brasil, mais ele se torna camuflado. O abismo radical entre brancos e negros existe no Brasil sem sombra de dúvidas.

Na discussão sobre as desigualdades raciais, surgem posicionamentos quanto aos usos do termo raça. Os militantes dos Movimentos Negros não abandonam o termo raça pelo fato de considerarem que no caso do Brasil a substituição do termo raça por etnia, por exemplo, não resolveria os problemas do nosso país. Além disso, segundo eles, perderíamos uma compreensão

⁵ Para mais informações sobre a campanha acesse: www.dialogoscontraoracismo.org.br



intelectual completa do racismo no Brasil. Já os que preferem utilizar o termo etnia, ou melhor, o termo étnico-racial, acreditam que estão considerando uma parte maior das multiplicidades de dimensões e questões que envolve a cultura e a vida dos negros no Brasil. Para os intelectuais que utilizam o termo etnia, o termo raça parece está preso ao determinismo biológico, a ideia de que a raça se divide em inferiores e superiores. Como foi no caso da Alemanha nazista. Com isso os intelectuais visam afasta-se da ideia de existência de raças para se voltarem a existência de etnias, por possuir uma carga histórica menos prejudicial ao tratamento das questões de desigualdade racial/étnicas.

Para os adeptos do termo “a intenção era enfatizar que os grupos humanos não eram marcados por características biológicas herdadas de seus pais, mães e ancestrais, mas, sim, por processos históricos e culturais.” (GOMES, 2005, p.50). Dessa forma o termo etnia é outra forma de se referir ao pertencimento ancestral, racial ou étnico dos negros e outros grupos em nossa sociedade. Aqui é importante ressaltarmos que o termo raça utilizado pelos militantes dos Movimentos Negros não estão ligados a um sentido biológico, no qual poderiam ser postulados a existência de outras raças humanas. Esse pensamento, além de retrogrado é perigoso e já foi refutado pelas áreas de biologia e genética.

Nesse sentido “podemos compreender que as raças são, na realidade, construções sociais, políticas e culturais produzidas nas relações sociais e de poder ao longo do processo histórico. Não significa, de forma alguma, um dado da natureza. É no contexto da cultura que podemos enxergar as raças.” (GOMES, 2005, p.49). Logo, se faz necessário ensinar aos nossos filhos, nossos alunos e toda a comunidade em geral que as nossas diferenças são construídas na cultura e nas relações de poder tentando desmistificar a interpretação social e política que enxergam os outros como inferiores. Desta forma se queremos lutar contra o racismo precisamos reeducar a nós mesmo, as famílias, as escolas, os profissionais da educação e a sociedade.

Outros dois conceitos essenciais para que possamos compreender com um pouco mais de profundidade as relações étnico-raciais são os de racismo e etnocentrismo. O racismo é formado por um conjunto de ideias e imagens que fazem referências a grupos humanos que acreditam na existência de raças superiores e inferiores. Além disso, o racismo também pode ser caracterizado como um comportamento em relação às pessoas que possuem um pertencimento racial observável, seja pela cor do cabelo, ou da pele. Já o etnocentrismo ver o outro como um ser dotado de cultura inferior e tenta convertê-lo. Para ele seus valores são universais e devem ser seguidos por todos. O etnocêntrico não alimenta necessariamente o desejo de aniquilar e destruir o outro, mas observa-o



como um inimigo em potencial. Um etnocentrismo muito forte pode acabar se tornando um racismo, embora sejam coisas diferentes.

Nesse sentido, a discriminação racial nasce da prática do racismo, ela é a efetivação do preconceito, que por sua vez é um julgamento negativo e prévio, na maioria das vezes pautado nas características físicas dos indivíduos. O grande pilar que sustenta a discriminação racial é o preconceito, que em sua própria definição é um conceito prévio, sem um real conhecimento do caso. A origem da discriminação racial também pode estar ligada ao interesse e não necessariamente ao ódio. Esta também pode ser dividida em discriminação direta e indireta. A direta deriva de atos concretos de discriminação em razão da sua cor, por exemplo. E a indireta, possui atos discriminatórios camuflados e é mais praticada por políticas públicas e empresas. A indireta é considerada a forma de discriminação mais perversa.

III Conferência Mundial Contra o Racismo, a Discriminação Racial a Xenofobia e as Formas Correlatas de Intolerância

A III conferência mundial contra o racismo realizada em Durban, representou um marco importante na história dos movimentos negros e na atuação do Estado brasileiro em prol da diversidade étnica em nosso país. A partir de sua realização o Brasil reconheceu através de documento oficial a sua responsabilidade histórica pelo escravismo e pela marginalização econômica, social e política dos descendentes dos africanos. Porém a III conferencia não representou apenas os movimentos negros. Através dela, vários outros segmentos que são marginalizados também obtiveram conquistas positivas com as medidas adotadas pelo governo brasileiro como forma de amenizar os estragos ocorridos no passado que ainda ecoam no presente. As principais resoluções no campo da educação implementadas pelo plano de atuação do estado brasileiro para operacionalizar as resoluções de Durban, nos são apresentadas, no breve artigo da Eliane Cavalleiro (2006), intitulado “Orientações e ações para a educação das relações étnico raciais”. Vejamos as resoluções abaixo:

- Igual acesso à educação para todos e todas na lei e na prática
- Adoção e implementação de leis que proíbam a discriminação baseada em raça, cor, descendência, origem nacional ou étnica em todos os níveis de educação, tanto formal quanto informal.
- Medidas necessárias para eliminar os obstáculos que limitam o acesso de crianças à educação



- Recursos para eliminar, onde existam, desigualdades nos rendimentos educacionais para jovens e crianças.
- Apoio aos esforços que assegurem ambiente escolar seguro, livre da violência e de assédio motivados por racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata.
- Estabelecimento de programas de assistência financeira desenhados para capacitar todos os estudantes, independentes de raça, cor, descendência, origem étnica ou nacional a frequentarem instituições educacionais de ensino superior.

A essas responsabilidades assumidas pelo governo brasileiro, soma-se em 2003 a alteração da Lei nº 9.394/96, a famosa Lei de Diretrizes e Bases (LDB), implementando a inserção dos artigos 26-A e 79-B que constam na Lei nº 10.639/2003, tornado obrigatório o ensino de História e cultura Afro-Brasileira e Africanas no currículo oficial da educação básica, além de incluir no calendário escolar o dia 20 de novembro como o “dia da consciência negra.” Em 2004 o Conselho Nacional de Educação aprovou as diretrizes curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais que se junta ao Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africanas e passam a ser executadas pelos estabelecimentos de ensinos de diferentes níveis e modalidades, sendo papel dos sistemas de ensino orientar e promover a formação de professores e supervisionar o cumprimento das diretrizes.

O papel da escola

A escola possui um papel essencial dentro dos movimentos que visam dar visibilidades a cultura afro-brasileira. Eles acreditam na escola como um lugar no qual as diferenças podem ser vistas de uma maneira mais harmônica. Nesse sentido buscam uma educação que seja capaz de romper com os sentimentos de superioridade e inferioridade que permeiam o tecido social. Como foi exposto por Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva em seu artigo “Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil”:

A educação das relações étnico-raciais tem por alvo a formação de cidadãos, mulheres e homens empenhados em promover condições de igualdades no exercício de direitos sociais, políticos, econômicos, dos direitos de ser, viver, pensar, próprio aos diferentes pertencimentos étnico-raciais e sociais. (SILVA, 2007, p. 490)

A autora defende a perspectiva de que a escola é um local onde aprendizagem e ensino devem efetivar-se no espaço público. Em outras palavras significa dizer que os homens e as mulheres devem estar comprometidos com a discussão de questões de interesse geral, e possuir a



capacidade de perceberem diferentes visões de mundo, diferentes experiências de vida, de entender as contribuições de cada povo para a formação da nação, além de possuir a capacidade de propor políticas que possam ser capazes de contemplar efetivamente as diversidades étnico-raciais presentes em sua sociedade. Com isso a educação das relações étnico raciais tem por alvo, por objetivo maior, promover condições de igualdade, não só para os negros como para toda a população.

Para que a educação das relações étnicas possa seguir construindo o cenário exposto a cima se faz necessário possuímos alguns princípios como referência. Entre eles estão a consciência política e histórica da diversidade, o fortalecimento da identidade e de direitos e ações de combate ao racismo e a discriminação, como é exposto pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana⁶.

Ao longo da história a sociedade civil segue desenvolvendo uma importante luta contra o racismo e seus derivados. Porém, compreender os mecanismos de resistência dos povos negros nos exige estudar a formação histórica do nosso povo, envolve compreender como estavam organizados os quilombos rurais e urbanos⁷, além de estudarmos as formações e construções das suas irmandades. Implica entendermos o chamado fenômeno de “africanização de religiões cristãs” para resignificar a sua cultura num local tão hostil como era em seus primeiros séculos.

Nesse sentido surgem as disciplinas obrigatórias nos currículos básicos brasileiros. O intuito maior é conseguir desmistificar o mito de supremacia das raças e mostrar que somos construídos a partir das nossas relações com o outro. Além disso, várias pesquisas têm demonstrado que o racismo em nossa sociedade constitui um dos ingredientes para o fracasso escolar dos alunos negros. A sanção da Lei nº 10.639/2003 foi um passo rumo à reparação dos erros cometidos no passado, pois abre a possibilidade de repararmos os danos materiais, físicos e psicológicos que foram resultado do racismo e de formas de discriminações conexas.

O espaço escolar é sem sombra de dúvidas um dos principais locais onde deve ser combatido os problemas raciais. Como afirma CAVALLEIRO (2006, p. 23)

É imprescindível, portanto, reconhecer esse problema e combatê-lo no espaço escolar. É necessária a promoção do respeito mútuo, o respeito ao outro, o reconhecimento das diferenças, a possibilidade de se falar sobre as diferenças sem medo, receio ou preconceito. Nesse ponto, deparamo-nos com a obrigação do

⁶ As diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana estão disponíveis no sítio eletrônico do mec. www.mec.gov.br/cne

⁷As formações de quilombos materializaram as formas mais reconhecidas de luta da população negra escravizada. Nesses espaços, as populações negras abrigavam-se e construíam novas maneiras de organização social bastante distintas da organização nas lavouras. (CAVALLEIRO, 2006, p.22)



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

Ministério da Educação de implementar medidas que visem o combate ao racismo e à estruturação de projetos pedagógicos que valorize o pertencimento racial dos (as) alunos (as) negros (as).

Com a criação de grupos de trabalhos para discussão e inserção das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, abriu-se um espaço para discussão dos princípios bases dessas disciplinas visando oferecer a promoção da cidadania e do apoio às pessoas que vivem em situações de vulnerabilidade social. Entre esses princípios estão:

- Socialização e visibilidade da cultura negro-africana
- Formação de professores com vistas à sensibilização e à construção de estratégias para melhor equacionar questões ligadas ao combate às discriminações racial e de gênero e à homofobia.
- Construção de material didático-pedagógico que contemple a diversidade étnico-racial na escola.
- Valorização dos diversos saberes
- Valorização das identidades presentes nas escolas, sem deixar de lado esse esforço nos momentos de festas e comemorações.

Com esses princípios norteadores, a escola visa evitar a produção de um sentimento de afastamento da sociedade dos grupos étnico-raciais. Visando incluí-los na esfera social através do resgate de sua cultura e sua identidade. O papel desempenhado pela escola não é fácil, a lutar contra séculos de opressão a cultura negra, que produziu um processo educativo tipicamente racista, não é uma luta que se ganha da noite para o dia. Aqui a escola surge como um local no qual a identidade negra pode manter um vínculo com as suas origens, com suas matrizes culturais.

É preciso romper e superar com o mito da democracia racial, e a escola é a grande responsável a estabelecer debates que fomentem a superação desse mito. É importante que os professores não silenciem diante dos preconceitos e das discriminações raciais. Antes de tudo, devem cumprir seu papel como educadores, construindo práticas e estratégias pedagógicas que visem à promoção da igualdade racial no seu cotidiano. Para realizar tal tarefa é fundamental saber mais sobre a cultura e a história dos povos africanos e afro-brasileiros. Porém não podemos deixar essa tarefa apenas nas mãos das escolas ou dos professores. É necessário um engajamento de toda a sociedade para que os erros cometidos no passado não continuem ecoando no presente e aumentando as desigualdades existentes no nosso Brasil.



Referências

CAVALLEIRO, Eliane. Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais. Brasília: SECAD, 2006, p. 15-28.

BRASIL. Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003. D.O.U de 10/01/2003.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In, Educação anti-racista: caminhos abertos pela lei 10.639/03. Brasília. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. MEC, 2005, p 39-62.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil. Revista Educação, Porto Alegre, v.30, nº3, p.489-506, set/dez. 2007.

Sítios eletrônicos:

BRASIL, *LBD*. Lei 9394/96. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em <w.mec.gov.br>. Acesso em 16/06/16

QUILOMBO HOJE. Frente Negra Francisco Lucrecio. Disponível em <<http://www.quilombhoje.com.br/frentenegra/franciscolucrecio.htm>> Acesso em 16/06/16

PORTAL DA CULTURA NEGRA. A Frente Negra Brasileira. Disponível em <<https://portaldaculturanegra.wordpress.com/2009/09/21/a-frente-negra-brasileira/>> Acesso em 16/06/16

DIÁLOGOS CONTRA O RACISMO. Disponível em <www.dialogoscontraoracismo.org.br> Acesso em 16/06/16

YOUTUBE. CULTINE – Frente Negra Brasileira <<https://www.youtube.com/watch?v=j4H-dqC4Kug>> Acesso em 16/06/16